

Desinformação nas bordas do planeta: deslocamentos epistêmicos na experiência da Rede Wayuri

Disinformation on the edges of the planet: displacements in the experience of
the Rede Wayuri

Evandro José Medeiros Laia

Professor Adjunto do Departamento de Jornalismo

Universidade Federal de Ouro Preto

E-mail: evandro.medeiros@ufop.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-8463-3176> 

Informações completas sobre autoria estão no final do artigo 

Resumo: Neste artigo, analisamos a atuação da Rede Wayuri de comunicadores indígenas, formada em 2017 por representantes de 23 povos do Alto Rio Negro, no estado do Amazonas. A Rede articula tecnologias digitais e saberes tradicionais, com produção sonora em cinco idiomas e distribuição híbrida. O estudo de caso centra-se no episódio “Lições da mitologia indígena contra as fake news”, da série “Amazônia: mentira tem preço”, que recorre à cosmologia Tukano para refletir sobre as fake news. A narrativa de Inaburrê, apresentada pelo antropólogo indígena Dagoberto Lima Azevedo, serve como operador conceitual para compreender os impactos da mentira. Ao valorizar epistemologias indígenas como formas legítimas de produção de conhecimento, o trabalho propõe um deslocamento epistêmico que tensiona os limites da teoria da comunicação tradicional e do enfrentamento ocidental à desinformação.

Palavras-chave: comunicação indígena; tecnologias ancestrais; desinformação; resistência; deslocamentos epistêmicos.

Abstract: This paper analyzes the work of the Rede Wayuri of indigenous communicators, formed in 2017 by representatives of 23 peoples from the Upper Rio Negro, in the state of Amazonas, Brazil. The network combines digital technologies and traditional knowledge, with sound production in five languages and hybrid distribution. The case study focuses on the episode “Lessons from indigenous mythology against fake news”, from the series Amazônia: mentira tem preço, which uses Tukano cosmology to reflect on fake news. The narrative of Inaburrê, presented by indigenous anthropologist Dagoberto Lima Azevedo, serves as a conceptual operator for understanding the impacts of lies. By valuing indigenous epistemologies as legitimate forms of knowledge production, the work proposes an epistemic shift that strains the limits of traditional communication theory and the Western confrontation with disinformation.

Keywords: indigenous communication; ancestral technologies; disinformation; resistance; epistemic displacements.

Introdução

A partir da difusão dos computadores pessoais e da expansão do acesso à internet, especialmente a partir da década de 1990, os povos indígenas no Brasil passaram a integrar as redes digitais, protagonizando um processo de apropriação tecnológica que potencializa redes territoriais ancestrais, já anteriormente estabelecidas. Tal processo, como argumentam Di Felice e Pereira (2017, p. 42), complexificou uma ecologia que já era reticular mesmo antes da chegada da internet, ao articular “os povos envolvidos, suas culturas, seus territórios, sua biodiversidade aos circuitos informativos digitais por meio de um singular dinamismo tecno-comunicativo-habitativo”. Essa articulação tem possibilitado novos modos de visibilidade e tradução de saberes locais, inaugurando experiências inovadoras de net-ativismo. Trata-se de um processo que tem sido impulsionado pela superação de abordagens folclorizantes que, historicamente, reduziram as vozes indígenas no espaço público, agora reconfigurado pela produção de narrativas autônomas em plataformas digitais (Laia, 2023).

A digitalização dos processos comunicacionais e a popularização de dispositivos conectados em rede criaram condições para a emergência de narrativas que rompem com o bloqueio imposto pelos meios de comunicação tradicionais (Castells, 2013). Esse fenômeno se intensificou globalmente a partir de eventos como a Primavera Árabe e movimentos sociais em rede, a exemplo do *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos, e do 15-M, na Espanha. No contexto brasileiro, as manifestações de junho de 2013, estendidas até a Copa do Mundo de 2014, configuram um marco relevante. Esses eventos constituem um ponto de inflexão na utilização do telefone celular com fins ativistas, funcionando como uma espécie de antessala para a atual produção de narrativas autônomas. Trata-se, como afirma Laia (2023, p. 3), de “uma infinidade de relatos diversos, unidos pela ideia de visibilizarem situações que costumam ficar de fora do agendamento midiático, frequentemente a partir de plataformas de acesso gratuito”. Ao permitir o encontro entre diferentes perspectivas, as ferramentas de streaming contribuem para a produção de traduções menos redutoras dos discursos sociais.

As mídias digitais funcionam, assim, como espaços que reverberam vozes antes marginalizadas no sistema comunicacional tradicional. Esses grupos — que incluem povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, sertanejos e habitantes das periferias urbanas — eram frequentemente traduzidos apenas por mediadores autorizados nos veículos de comunicação de massa, sendo, por isso, excluídos da construção hegemônica da esfera pública. A este respeito, acionamos o pensamento de Ailton Krenak (2019, p. 14) sobre

as populações historicamente excluídas do que ele chama de “clube da humanidade”. É nesse panorama que se insere o trabalho da Rede Wayuri de comunicadores indígenas, iniciativa que conecta 23 povos indígenas do Alto Rio Negro, no estado brasileiro do Amazonas, a partir da mediação das plataformas digitais e das tecnologias ancestrais de comunicação, como as línguas indígenas e o próprio Rio Negro e seus afluentes.

Ao partir dessa realidade, este trabalho retoma o apelo de Eduardo Viveiros de Castro de que é fundamental levar a sério os saberes e discursos dos povos indígenas e de outros grupos minoritários, frequentemente marginalizados pela modernidade ocidental. Como afirmam Kopenawa e Albert (2015, p. 15), trata-se de reconhecer a relevância epistêmica daqueles que resistem à completa assimilação pelo “liquidificador modernizante do Ocidente”. Ainda nessa direção, Di Felice e Pereira (2017, p. 47) lembram que, para além da concepção de uma rede de redes — composta por conexões ancestrais que se integram às digitais —, a própria Floresta Amazônica deve ser compreendida como um ecossistema complexo, cuja importância transcende a metáfora de “pulmão do mundo”. Hoje, essa região é reconhecida pela ciência como elemento-chave para a regulação climática em escalas regional e global (Di Felice; Pereira, 2017 *apud* Nobre *et al.*, 1991). A preservação desse conhecimento e dessa tecnologia ancestral depende, em grande medida, da atuação dos povos indígenas e das comunidades tradicionais que habitam esses territórios.

A esse deslocamento epistêmico somamos a necessidade de repensar criticamente o fenômeno contemporâneo da desinformação a partir de perspectivas indígenas. Este trabalho propõe, assim, uma análise da série de podcasts “Amazônia: Mentira tem Preço”, com ênfase no episódio “#5 Lições da mitologia indígena contra as fake news”, produzido pela Rede Wayuri em parceria com o InfoAmazonia e a produtora FALA. O episódio traz como eixo narrativo a cosmologia Tukano, por meio da história de Inaburrê, reinterpretada pelo antropólogo indígena Suegu como uma metáfora sobre os riscos da desinformação. Analisamos como os comunicadores indígenas ressignificam o combate às fake news ao integrarem tecnologias ancestrais, saberes cosmológicos e plataformas digitais em uma prática comunicacional própria. Neste estudo de caso buscamos, portanto, evidenciar como epistemologias indígenas podem oferecer chaves conceituais originais para enfrentar os desafios da era da desinformação, ao mesmo tempo que tensionam os limites da teoria da comunicação convencional.

Narrativas das bordas do planeta

Eliete Pereira (2023) propôs uma reconstrução histórica da inserção indígena na comunicação digital no Brasil a partir da popularização da internet, articulando pesquisas anteriores e propondo um afastamento das concepções antropocêntricas. O inventário elaborado por Pereira contempla iniciativas como Rede Povos da Floresta, Índios Online, Rádio Yandê, Mapa Cultural Suruí, Centro de Documentação Digital Ikpeng, #SomosTodosGuaraniKaiowá, Escuta da Floresta e Portal Muká Mukau. Essas experiências demonstram como as tecnologias digitais têm sido incorporadas como aliadas em processos de afirmação cultural, reconstrução étnica e fortalecimento político.

Ainda que não existam dados consolidados sobre o grau de digitalização das aldeias ou a presença indígena na internet, é possível afirmar que a difusão dessas práticas tem sido fomentada tanto por organizações não governamentais quanto por políticas públicas voltadas à inclusão digital. As primeiras manifestações ocorreram por meio de blogs e sites institucionais. Contudo, com a consolidação das plataformas digitais globais, sobretudo redes sociais, essas vozes passaram a se concentrar em ambientes como o Instagram, onde se destacam perfis de ativistas como Txai Suruí (@txaisurui) e Sâmela Saterê-Mawé (@sam_sateremawe). A esse levantamento somam-se, ainda, tecnologias voltadas ao monitoramento e à gestão territorial, como o Mapa Cultural Suruí e o projeto Escuta da Floresta, protagonizado pelo povo Tembé.

A cartografia de práticas analisada por Pereira (2023) converge com a noção de autonomia narrativa, intensificada com a emergência das plataformas digitais. Nesse contexto, o movimento #SomosTodosGuaraniKaiowá é citado como a expressão mais emblemática do net-ativismo indígena da última década. Em 2012, após uma decisão judicial de despejo, a comunidade Guarani-Kaiowá Pyelito Kue/Mbarakay, localizada em território ainda em processo de reconhecimento, publicou uma carta coletiva anunciando um possível suicídio de 170 pessoas. A repercussão na internet foi imediata: hashtags como #SomosTodosGuaraniKaiowás e #GenocídioGuarani circularam amplamente no Twitter e Facebook, acompanhadas da adoção simbólica do etnônimo por usuários e figuras públicas, culminando em manifestações em várias cidades brasileiras e no exterior, além de pressionar instituições como o governo federal e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) (Pereira, 2023, p. 141).

A criação e a disseminação de narrativas próprias sobre identidades, corpos, culturas e territórios, longe de representarem um ponto final, constituem um elemento comum que atravessa diversos projetos comunicacionais indígenas. Por meio de sites,

blogs, redes sociais, e canais de streaming de áudio e vídeo, essas experiências se articulam na produção de enunciados autônomos. Tais relatos, embora diversos, partilham três características centrais, conforme sistematizado por Laia (2023): a) o uso de plataformas digitais abertas e acessíveis; b) a capacidade de furar os filtros da grande mídia, impondo pautas a partir da periferia; e c) o potencial de oferecer traduções mais complexas da alteridade.

Quatro contextos ajudam a situar o fenômeno. O primeiro refere-se ao uso do vídeo como prova de violações de direitos, fortemente associado ao uso de celulares em protestos desde 2013. O segundo diz respeito à popularização das lives durante a pandemia, como nova forma de mobilização e informação. O terceiro, no qual se inscreve a experiência indígena, é o das “vozes das bordas do planeta” — coletivos antes alijados da esfera pública e agora inseridos na ecologia plataformizada. O quarto e último diz respeito ao uso dessas mesmas estratégias comunicacionais por movimentos negacionistas, especialmente após 2018, que reproduzem táticas inicialmente forjadas nos ambientes ativistas digitais para difundir desinformação.

O nome usado para definir a experiência dos povos indígenas no terceiro contexto é inspirado no modo como o pensador indígena Ailton Krenak (2019, p. 13) se refere aos “que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina”, ou seja, os caiçaras, indígenas, os quilombolas, os aborígenes, que ele ironicamente chama de “sub-humanidade”, em contraposição a uma humanidade civilizada que nos apartou da Mãe-Terra. A articulação destes povos com as redes sociais de plataformas digitais permite que públicos não indígenas tenham acesso a outras imagens e narrativas sobre a floresta, deslocando a percepção estereotipada que a reduz a um passado idílico. O uso estratégico das tecnologias de informação e comunicação, assim, serve tanto para proteger os territórios quanto para atualizar suas práticas comunicacionais, como observam Di Felice e Pereira (2017).

Desde os primórdios da internet, Di Felice (2017) observa a intersecção produtiva entre movimentos sociais e tecnologias digitais. Um exemplo inaugural é o movimento Zapatista, no México, que, nos anos 1990, conectou suas lutas locais às redes transnacionais de contestação ao neoliberalismo. A partir da fase web 2.0, marcada pela criação de perfis e canais pessoais em redes hiperconectadas, uma nova geração de movimentos — como *Anonymous*, Primavera Árabe, Geração à Rasca, 15-M, *Occupy Wall Street* e Junho de 2013 — expandiu as formas de agir coletivo, explorando as possibilidades de comunicação descentralizada e colaborativa.

Sob a ótica do net-ativismo, esses fenômenos podem ser compreendidos como práticas de ação em rede, motivadas por uma desconfiança crescente nas instituições tradicionais. Para Magalhães (2018, p. 84), trata-se de uma forma de ação coletiva enraizada na desestabilização dos valores institucionalizados, impulsionada pela internet e suas lógicas de interatividade. A participação, neste contexto, não se limita à esfera opinativa da comunicação pública, mas se constitui como interação complexa entre humanos, máquinas, dados e sistemas automatizados (Di Felice, 2017, p. 97). Assim, configura-se uma nova forma de cidadania conectiva (Di Felice, 2017), que diz respeito a formas emergentes de engajamento político em rede, pois envolve não apenas humanos, mas também algoritmos, bots e protocolos, numa nova ecologia de agentes digitais, rompendo com a ideia moderna de cidadania individual e antropocêntrica.

Exemplo emblemático desse novo paradigma são projetos como a Rede Wayuri de comunicadores indígenas, entre muitas outras experiências que integram um ecossistema comunicacional emergente. Por meio da circulação de narrativas autônomas nas brechas das plataformas, delineia-se uma cidadania expandida, forjada na articulação entre diferentes entidades — humanas e não humanas —, superando a concepção clássica ocidental que restringia a política à deliberação humana em torno da pólis.

A Rede Wayuri

A Rede Wayuri de Comunicadores Indígenas constitui-se como uma das experiências mais relevantes de produção de narrativas autônomas em contexto indígena no Brasil. Criada em 2017, com o apoio do Instituto Socioambiental (ISA) e da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), a iniciativa nasceu da necessidade de resistência e articulação comunicacional entre os povos da região do Alto Rio Negro. Com sede em São Gabriel da Cachoeira, município localizado no estado do Amazonas — reconhecido oficialmente como a capital indígena do estado (Lei estadual nº 5.796, de 12 de janeiro de 2022) —, a Rede Wayuri congrega comunicadores de 23 povos distribuídos por sete Terras Indígenas (TIs), em uma área que abriga cerca de 750 comunidades (Lozovei, 2021, p. 243).

O grupo se estrutura a partir do apoio da FOIRN e do ISA. O financiamento das atividades é realizado majoritariamente por essas instituições, com contribuições pontuais de parceiros nacionais e internacionais, como a União Europeia e o Museu de Berlim. As oficinas de capacitação dos comunicadores indígenas são organizadas conforme a

demanda das comunidades ou conforme a disponibilidade de eventos e apoios institucionais, como ocorreu durante seminários e encontros regionais.

A pluralidade linguística é um dos traços distintivos do território: ao lado do português, quatro línguas indígenas têm reconhecimento oficial — Yanomami, Tukano, Baniwa e Nheengatu. Essa diversidade se reflete na própria atuação da Rede, cuja produção em áudio circula em diferentes idiomas, como estratégia de fortalecimento cultural e de ampliação do acesso à informação. O uso das línguas originárias não é apenas uma escolha política, mas também técnica e estratégica, permitindo que os boletins e programas sejam compreendidos pelas populações locais em suas realidades cotidianas.

Entre os principais produtos sonoros da Rede estão o “Boletim Wayuri”, com 174 episódios produzidos até novembro de 2023, e o “Programa Papo de Maloca”, transmitido ao vivo por rádios locais e pela Web Rádio Wayuri. Essa produção sonora acontece de maneira digital na sede da rede, mas sua circulação adota formatos híbridos: os arquivos são compartilhados tanto via plataformas de streaming (Spotify e SoundCloud), quanto por meios analógicos, como pen drives enviados por barco a localidades remotas, onde o conteúdo é reproduzido por rádios comunitárias, rádios-postes ou rádios-árvores (Ferraz; Melo, 2024). Tal método evidencia o caráter tecnodiverso da comunicação no Alto Rio Negro, no qual o digital e o analógico não se opõem, mas colaboram entre si em uma ecologia comunicacional adaptada ao território.

Além do “Boletim Wayuri” e do “Papo de Maloca”, há também séries temáticas como “Guardiões da Memória”, com cinco episódios, e “Mentira tem preço”, produzida em parceria com outras organizações. Ainda que os canais de podcast, como Spotify e SoundCloud, não recebam atualizações desde novembro de 2023, o Instagram da Rede permanece ativo, com postagens que vão desde a divulgação dos episódios até vídeos com trechos de entrevistas, além de oportunidades de estudo e formação para os jovens comunicadores.

A relevância da Rede Wayuri intensificou-se especialmente durante o período crítico da pandemia de Covid-19, quando a circulação de informações confiáveis se tornou vital diante do avanço da desinformação nas aldeias. Com boletins específicos sobre a doença — oito episódios voltados à conscientização sobre cuidados sanitários e vacinação — a Rede exerceu um papel crucial no enfrentamento à pandemia em uma perspectiva não antropocêntrica. Como afirmou Cláudia Wanano (Ferraz; Melo, 2024, p.197-198), a produção do grupo é marcada por uma abordagem acessível.

Durante a pandemia, essa abordagem se mostrou ainda mais importante. Os profissionais de saúde tentavam transmitir informações, mas muitas vezes utilizavam uma linguagem técnica que não era compreendida pelas comunidades. Por isso, trabalhamos em estreita colaboração com esses profissionais para criar roteiros em português que fossem depois traduzidos para as línguas indígenas mais faladas, como baniwa, iantu, tukano e yanomami. Essa iniciativa facilitou muito a troca de informações entre os profissionais de saúde e as comunidades indígenas, proporcionando um entendimento mais claro e permitindo que todos se sentissem capacitados a lidar com os desafios da pandemia.

Nesse contexto, como ressalta Cláudia Wanano, a comunicação praticada na Rede Wayuri ultrapassa a dimensão meramente informativa, assumindo um caráter formativo. Ela contribui para a construção de consciência, o fortalecimento identitário e a organização da resistência. A Rede Wayuri constitui, assim, um espaço de produção e circulação de significados enraizados no território, nas práticas cotidianas e nas memórias coletivas. Sua atuação opera em consonância com os ecossistemas locais, traduzindo sinais da floresta em linguagem sonora. Como proposta de net-ativismo indígena, a Rede Wayuri propõe uma revisão dos paradigmas comunicacionais do século XXI, articulando-se com a pluralidade da vida e confrontando as mediações e representações oriundas de lógicas coloniais.

Embora a produção do conteúdo ocorra de forma digital na sede do coletivo, sua distribuição se dá tanto por vias digitais quanto analógicas, por meio da circulação de pen drives enviados em barcos até localidades remotas, onde o conteúdo é veiculado em rádios-postes ou rádios-árvores (Ferraz; Melo, 2024). Assim, as línguas originárias e os fluxos dos rios amazônicos tornam-se mediadores centrais na articulação entre redes digitais e o que mãe Bete de Oxum denomina “tecnologias ancestrais” (Terso, 2023, p. 79), no âmbito do projeto “Tecnologias Livres, Territórios Livres”, do Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação. Conforme argumenta a autora,

o digital se mistura com outras tecnologias que já estão presentes historicamente no território, como o manejo do solo, as tecnologias de cuidado através da medicina tradicional, as tecnologias de comunicação, como o compartilhamento das experiências vividas em rodas.

As formas de existência, saber e comunicação desenvolvidas por povos indígenas e afrodiáspóricos — incluindo a oralidade, os rituais, os conhecimentos fitoterápicos e os modos tradicionais de transmissão cultural — devem ser reconhecidas como tecnologias ancestrais. Como observam Fellner, Oliveira e Merkle (2020, p. 328), tais tecnologias

carregam significados profundos, expressam cosmovisões e propõem formas de relação cuidadosa com o mundo. Negar este legado é ignorar uma parcela fundamental da história e restringir o conhecimento a uma matriz única.

A experiência da Rede Wayuri evidencia a potência das práticas comunicacionais indígenas na construção de epistemologias plurais e na afirmação destas tecnologias enraizadas no território. Ao articular narrativas sonoras em línguas originárias, modos tradicionais de circulação da informação e ferramentas digitais contemporâneas, a Rede tensiona fronteiras entre oralidade e mediação técnica, ancestralidade e inovação. Trata-se de uma proposta que resiste às lógicas coloniais de silenciamento. Nesse sentido, a Rede Wayuri não representa apenas um projeto de comunicação: é, sobretudo, uma prática de existência.

Mentira tem preço

O recorte proposto neste artigo é sobre um importante trabalho da rede voltado para o público externo, o podcast “Amazônia: mentira tem preço”. Esta série é uma produção colaborativa entre a Rede Wayuri de Comunicadores Indígenas, a produtora FALA e o InfoAmazonia, com apoio da *Open Society Foundations*. O projeto visa investigar e combater a desinformação que afeta a Amazônia e seus povos, especialmente as comunidades indígenas do Alto Rio Negro. Os episódios abordam temas como fake news, mudanças climáticas, violência de gênero e a importância da mitologia indígena no enfrentamento da desinformação. A série destaca a atuação de comunicadores indígenas na produção de conteúdo informativo e relevante para suas comunidades, utilizando uma abordagem que valoriza os saberes tradicionais e a diversidade cultural da região.

O projeto tem um site (<https://mentiratempreco.infoamazonia.org>) permanente que se configura como o principal vetor de investigação e monitoramento sistemático com foco em desinformação socioambiental na Amazônia Legal. A série tem cinco episódios (Spotify, 2022) disponíveis nos principais tocadores: “#1 Fake news na floresta” (33 minutos e 46 segundos); “#2 Marcha para adiar o fim do mundo: Acampamento Terra Livre 2022” (19 minutos e 26 segundos); “#3 Mudanças climáticas na sua vida e na vida dos povos indígenas” (20 minutos e 38 segundos); “#4 Violência de gênero e fake news contra mulheres lideranças indígenas” (42 minutos e 9 segundos); “#5 Lições da mitologia indígena contra fake news” (16 minutos). O material foi produzido por sete comunicadores da rede: Claudia Ferraz (Wanano), Adelson Ribeiro (Tukano), Deivison Murilo Cardoso

(Baré), Emerson Silva (Baniwa), Irinelson Piloto Freitas (Tukano), Josiene da Silva Pereira (Tariano) e Miguel Alemão Miranda (Baré). O estudo de caso apresentado é sobre o episódio “Lições da mitologia indígena contra as fake news”, a partir de entrevistas com anciãos e também com o antropólogo Dagoberto Lima Azevedo, do povo Tukano, conhecido no grupo como Suegũ. Ele defendeu sua tese de doutorado em 2022, na Universidade Federal do Amazonas, apresentando a primeira pesquisa escrita totalmente em língua Tukano. Suegũ reconta a história de Inaburrê, que ele e o seu povo ouvem desde a infância.

Com duração de aproximadamente 16 minutos, o episódio inicia com o a afirmação do comunicador Irinelson: "Os antigos já contavam histórias sobre como as mentiras se espalham como fumaça no mato seco. A diferença é que, hoje, elas estão na internet" (Wayuri, 2022). Essa fala ilustra o paralelismo proposto entre as estratégias narrativas ancestrais e os modos contemporâneos de disseminação de desinformação. A escuta das histórias ancestrais é, assim, convertida em uma prática epistemológica que mobiliza o saber tradicional para reconfigurar os modos de ler e reagir aos fluxos comunicacionais atuais. Irinelson contextualiza, assim, o tema da desinformação nas comunidades indígenas e introduz a entrevista com Suegũ. A conversa gira em torno da mitologia Tukano, especificamente a história de Inaburrê, que serve como metáfora para os perigos das fake news. Na narrativa, um homem queria evitar que as filhas encontrassem Inaburrê, um homem muito bonito e que falava muito bem, então ele escondeu as duas filhas numa caixa. Inaburrê era muito bonito, cantava muito bem, tinha a dicção perfeita. O pai disse para as filhas que ele era muito feio, por isso, quando elas conseguiram ver, pediram para abrir a caixa toda. Elas saíram, dançaram com ele. Ele as chamou para dar uma volta, combinou como elas encontrariam o caminho de volta, sendo guiadas por penas de arara de uma determinada cor. Só que ele trocou as penas, por querer, e elas acabaram parando na casa dele, que queria ter relação sexual com elas, que se viram numa situação sem saída, porque não queriam. Elas estavam ludibriadas e não conseguiram entender que o caminho estava errado, confiaram no homem. Depois disso, Inaburrê ficou enchendo tanto a paciência do pai, querendo se casar com uma das filhas, que o homem mais velho acabou mandando matá-lo. Suegũ destaca que "a desinformação leva a essa tragédia" (Wayuri, 2022), enfatizando como a mentira e o engano podem ter efeitos devastadores nas comunidades.

O episódio desenvolve-se como uma alternância entre trechos de mitos narrados na língua original (com tradução simultânea) e análises realizadas por comunicadores indígenas, estabelecendo uma dinâmica de escuta que rompe com o modelo ocidental de

linearidade e objetividade. Como sugere um dos trechos centrais: "Na nossa história, o ser que mentia muito virava bicho, era punido pela floresta. Porque aqui, tudo escuta. A mentira não se esconde" (Wayuri, 2022). Esse aspecto remete à noção de animismo (Viveiros de Castro, 2015), na qual todos os seres — humanos, animais, espíritos, florestas — são sujeitos de escuta e ação. A mentira, nesse contexto, não é apenas uma falha moral, mas uma perturbação relacional que afeta o equilíbrio entre mundos.

A comunicação veiculada pelo podcast não se limita à transmissão de conteúdo, mas constitui um dispositivo sonoro performativo que reconecta a linguagem à experiência sensível do território. O uso de cantos, sons da floresta e entonações próprias das línguas indígenas reforça o caráter de uma comunicação que se coproduz entre humanos e não humanos, entre tecnologias digitais e saberes ancestrais. Dessa forma, o episódio evidencia um deslocamento epistêmico relevante: ele não busca simplesmente corrigir a desinformação com dados verificados, mas convida à escuta de outras formas de verdade, enraizadas em modos de existência não centrados no indivíduo e no racionalismo moderno. Em vez de combater a mentira com "mais verdade", propõe reencantar a escuta, ampliar os mundos possíveis e habitar uma comunicação de múltiplas camadas.

A história de Inaburrê, conforme apresentada por Suegũ, oferece uma rica analogia para compreender os mecanismos das fake news. Inaburrê representa a figura do enganador, que, por meio de artifícios sedutores, distorce a realidade e manipula as vítimas. As filhas simbolizam a comunidade, que, ao confiar cegamente nas informações recebidas, acaba sendo prejudicada. Essa perspectiva indígena sobre a mentira e o engano destaca a importância de uma abordagem epistemológica que valorize os saberes tradicionais. Ao integrar saberes ancestrais às discussões contemporâneas, o podcast promove um diálogo intercultural que enriquece a compreensão sobre os impactos das fake news não apenas nas comunidades indígenas, mas na sociedade em geral.

Para Suegũ, o modo como os Tukano entendem a mentira, a partir da sua cosmologia, pode oferecer um importante aporte para pensar as fake news. Nestas histórias, seres mitológicos passam por situações que nos alertam sobre os perigos da vida. Tal perspectiva nos propõe um importante deslocamento epistêmico, o que tensiona uma mudança do modo como se apreende e se compreende o mundo, levando "absolutamente a sério o que dizem (...) os índios e todos os demais povos 'menores' do planeta, as minorias extranacionais que ainda resistem à total dissolução pelo liquidificador modernizante do Ocidente", como nos alertou Eduardo Viveiros de Castro (Kopenawa; Albert, 2015, p. 15). Ou ainda, segundo a superação das interpretações

folclorizantes das expressões dos povos originários, "tomando suas palavras não como metáforas, mas como conceitos, ou análogos de conceitos, como preferimos chamar estes operadores de pensamento que não passaram pelo liquidificador modernizante da academia" (Laia; Guimarães, 2022, p. 3).

Embora o presente estudo de caso se concentre no episódio "Lições da mitologia indígena contra as fake news", os demais episódios da série também apresentam grande valor analítico. O episódio 1 denuncia os impactos diretos da desinformação na vida cotidiana das comunidades. O episódio 2 narra a cobertura do Acampamento Terra Livre 2022, articulando presença física e digital na luta por direitos. O episódio 3 explora os efeitos das mudanças climáticas na Amazônia a partir da perspectiva indígena. Já o episódio 4 discute como mulheres líderes são alvos específicos de fake news, expondo uma intersecção entre gênero, território e informação. Cada um desses episódios amplia o entendimento sobre os múltiplos impactos da desinformação nas comunidades da floresta, reforçando a necessidade de abordagens comunicacionais pluriepistêmicas.

Deslocamentos epistêmicos

A experiência da Rede Wayuri de Comunicadores Indígenas, especialmente a partir do estudo de caso do episódio "Lições da mitologia indígena contra as fake news", evidencia a necessidade de repensarmos os paradigmas comunicacionais sob uma perspectiva que incorpore os saberes e modos de existência dos povos originários. Ao articular práticas comunicacionais ancoradas na oralidade, nas línguas indígenas e nas narrativas cosmológicas, a Rede Wayuri demonstra que as tecnologias ancestrais — entendidas como sistemas complexos de mediação, cuidado, transmissão de conhecimento e produção de sentido — continuam operando de forma ativa e estratégica nos territórios indígenas. Trata-se, portanto, de reconhecer essas práticas como legítimas formas de produção de conhecimento e resistência à colonialidade informacional.

Nesse sentido, ao invés de serem meramente instrumentalizadas pelas ferramentas digitais, as comunidades indígenas vêm ressignificando o uso das plataformas digitais a partir de seus próprios referenciais. A circulação híbrida de conteúdos — combinando mídias digitais e analógicas — revela uma ecologia comunicacional tecnodiversa, adaptada às condições específicas do território e às suas redes de convivência. O entrelaçamento entre o digital e o ancestral possibilita formas inéditas de ativismo, como o net-ativismo indígena, que não apenas visibiliza denúncias,

mas também fortalece a autonomia narrativa, a identidade cultural e a soberania informacional dos povos da floresta.

Ao mobilizar a história mítica de Inaburrê como metáfora para os efeitos da desinformação, o episódio analisado mostra como a cosmologia indígena pode oferecer operadores conceituais para pensar criticamente os fenômenos contemporâneos. Ao levar a sério essas narrativas como formas legítimas de conhecimento, escapamos da armadilha folclorizante e adentramos um campo de possibilidades epistêmicas mais amplo. Como argumenta Viveiros de Castro (2015), é necessário abandonar o gesto colonial de traduzir a diferença e, em vez disso, reconhecer o valor conceitual das palavras, ritos e práticas dos povos que resistem à dissolução pela modernidade ocidental.

A análise do podcast “Mentira tem preço” contribui na tarefa de provocar um deslocamento epistêmico na pesquisa acadêmica e se insere num esforço anterior e bem mais amplo que esta investigação. Um exemplo é o conceito de comunicação intermundos, cujo objetivo é reunir e operacionalizar modos de conhecimento que emergem das experiências dos povos originários, como rupturas que guardam “um valor pedagógico decolonial para instituições como a Mídia e a Ciência operadas pelas formas comunicacionais dos contra-coloniais” (Oliveira *et al.*, 2021, p. 13). Outro, ainda, diz respeito à proposta de uma “amazonização do pensamento”, apresentada por Maria Audirene Cordeiro (2023), a partir das pesquisas realizadas por mais de uma década no Baixo Amazonas, como alternativa ao pensamento judaico-cristão europeu, como “re-existência decolonial” e em consideração às reflexões encerradas no conceito de comunicação pelo equívoco (Laia; Guimarães, 2022), forjado a partir do perspectivismo ameríndio (Viveiros de Castro, 2015), à teoria antropológica brasileira alinhada ao pós-estruturalismo e à Virada Ontológica. A proposta assume o processo comunicacional como uma rede, propondo um animismo revisitado que torna possível uma produção não objetivista de conhecimento e também aposta na tradução xamânica yanomami (Kopenawa; Albert, 2015) como um modelo comunicacional.

Dessa forma, reafirma-se a importância de compreender as práticas comunicacionais indígenas como expressão de uma epistemologia própria, que se manifesta tanto nas estratégias de enfrentamento à desinformação quanto na produção cotidiana de narrativas sonoras, como as desenvolvidas pela Rede Wayuri. As formas de existência, saber e comunicação dos povos indígenas e afrodiáspóricos devem ser reconhecidas como tecnologias ancestrais, carregadas de sentidos profundos e orientadas por cosmovisões que propõem uma relação ética com a terra, a coletividade e

o saber. Valorizar essas epistemologias é não apenas um ato de justiça histórica, mas também uma chave essencial para pensar alternativas viáveis aos impasses comunicacionais, ambientais e civilizatórios que enfrentamos no presente.

Referências

AMAZONAS. Lei n. 5.796, de 12 de janeiro de 2022. Declara o Município de São Gabriel da Cachoeira como a Capital Estadual dos Povos Indígenas. Manaus, AM: Governo do Estado do Amazonas, 2022. Disponível em: <https://sapl.al.am.leg.br/norma/11757>.

AMAZONAS: MENTIRA TEM PREÇO. Podcast. FALAprodutora. *Spotify*, 2022. Disponível em: https://open.spotify.com/show/0Hw9jkr8B1FzNRuKU2D3?si=p2sak7CQT_OEJfN_PccGaA&nd=1&dlsi=092efa71a6374be5.

CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CORDEIRO, M. A. S. A amazonização do pensamento como re-existência decolonial. In: MAGALHÃES, M.; DI FELICE, M.; FRANCO, T. (Org.). *Cidadania digital: a conexão de todas as coisas*. São Paulo: Alameda, 2023. p. 99-127.

DI FELICE, M.; PEREIRA, E. S. Formas comunicativas do habitar indígena: a digitalização da floresta e o net-ativismo nativo no Brasil. In: DI FELICE, M.; PEREIRA, E. S. (Org.). *Redes e ecologias comunicativas indígenas: as contribuições dos povos originários à teoria da comunicação*. São Paulo: Paulus, 2017. p. 41-62.

FELLNER, A. M. R.; OLIVEIRA, L. C.; MERKLE, L. E. Entre algumas outras tecnologias: o desafio de reafirmar a ancestralidade para transformar a contemporaneidade rumo ao bem viver. *REBELA: Revista Brasileira de Estudos Latino-americanos*, v. 10, n. 2. maio/ago. 2020.

FERRAZ, C.; MELO, A. B. V. de. O arco e flecha digital da Rede Wayuri: entrevista com a comunicadora indígena Cláudia Ferraz. In: MAGALHÃES, M.; MEDEIROS, E.; FRANCO, T.; NASCIMENTO, S. (org.). *Relatos de uma (in)certa Amazônia*. Embu das Artes, Alexa Cultural; Manaus, EDUFAM, 2024. p.186-200.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAIA, E. J. M.; GUIMARÃES, L. L. Coisas, mundos, traduções: dobras para uma comunicação pelo equívoco. *Contracampo*, v. 41, n. 3, set./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/52775>. Acesso em: 19 jul. 2024.

LAIA, E. J. M. Notas para uma ecologia das narrativas autônomas em audiovisual streaming: do Junho de 2013 à pandemia. *Mídia e Cotidiano*, v. 17, n. 2, 19 maio 2023.

LOZOVEI, J. C. Estudo da Rede de Comunicadores Wayuri. *ContraCorrente: Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas*, n. 17, p. 241-260, dez. 2021.

MAGALHÃES, M. *Net-ativismo: protestos e subversões nas redes sociais digitais*. Lisboa: ICNOVA, 2018.

OLIVEIRA, L.; FIGUEROA, J. V.; ALTIVO, B. Pensar a comunicação intermundos: fóruns cosmopolíticos e diálogos intepistêmicos. *Galáxia*, n. 46, p. 1-17, 2021.

PEREIRA, E. S. Genealogia e perspectivas epistemológicas da comunicação indígena digital no Brasil. In: MAGALHÃES, M.; DI FELICE, M.; FRANCO, T. (Org.). *Cidadania digital: a conexão de todas as coisas*. São Paulo: Alameda, 2023. p. 129-154.

TERSO, T. Ativismo digital e rede de redes. In: BRAVIN, A.; MEDEIROS, E. *Ativismos, Segurança Digital e Narrativas Autônomas*. Mariana, MG: UFOP, 2023. p. 61-107.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *Metafísicas Canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

WAYURI, Rede de Comunicadores Indígenas. Lições da mitologia indígena contra as fake news. Podcast: Amazonas: Mentira tem Preço. Episódio 5. *Spotify*, 2022. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/12Mau4UpKFbaLEGb47ZBLE>. Acesso em: 20 maio 2025.

NOTAS

AUTORIA

Evandro, José Medeiros, Laia

Doutor

Professor Adjunto da Universidade Federal de Ouro Preto/Departamento de Jornalismo

Pesquisador de Pós-Doutorado da Università La Sapienza/Dipartimento di Comunicazione e Ricerca Sociale

E-mail: evandro.medeiros@ufop.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0002-8463-3176>

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

FINANCIAMENTO

Este trabalho forma parte dos projetos “Internet segura com perspectiva crítica de gênero” e “Misoginia: gênero, emoções e política nas redes sociais no Brasil contemporâneo”, coordenados pela professora Dra. Cristina Scheibe Wolff e financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC). Também é resultado da pesquisa de Pós-Doutorado “Floresta Conectada: redes digitais e tecnologias ancestrais nas experiências de narrativas autônomas indígenas no Brasil”, realizada pelo autor no Dipartimento di Comunicazione e Ricerca Sociale da Università di Roma La Sapienza, no âmbito do Osservatorio Sostenibilia, que conta com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com bolsa de Pós-Doutorado no Exterior concedida por meio de seleção na Chamada Pública MCTI/CNPq no 16/2024 – Apoio a Projetos Internacionais de Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **INTERthesis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a licença *Creative Commons Attribution* (CC BY) 4.0 International.

Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.

Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Publicação no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Daniel Serravalle de Sá

Cristina Scheibe Wolff

Elaine Schmitt

HISTÓRICO

Recebido em: 16-05-2025 – Aprovado em: 28-05-2025 – Publicado em: 24-07-2025